



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0003139-52.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Posse de Drogas para Consumo Pessoal**
 Documento de Origem: **TC, OF, BO - 031/2016 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 218/2016 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 900012/2016 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Autor do Fato: **LEANDRO SANTOS SILVA**

Aos 23 de junho de 2016, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), **foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento em procedimento criminal previsto na Lei 9.099/95**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como o réu **LEANDRO SANTOS SILVA**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. **Inicialmente o MM. Juiz deu a palavra ao defensor para responder a acusação e por ele foi dito:** MM. Juiz: A denúncia não pode ser recebida, eis que as provas são insuficientes para justificar a persecução criminal. **O MM. Juiz declarou que recebia a denúncia porque os elementos em que ela está fundamentada justificam a instauração da ação penal, não merecendo acolhida, no momento, os argumentos apresentados pela Defesa.** Prosseguindo, o MM. Juiz passou ao interrogatório do réu e a inquirir as testemunhas de acusação Claudemir Ostapechen e Michael Teruo Yabuki, tudo em termos apartados. Não havendo outras provas passaram-se aos debates. **Dada a palavra ao Dr. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu confessou a posse e esta confissão está em sintonia com os depoimentos dos policiais, Isto posto, diante da materialidade indicada no laudo, requeiro a condenação nos termos da denúncia. **Dada a palavra à DEFESA:** MM. Juiz: O pedido acusatório é improcedente. O crime do artigo 28 da lei de drogas ofende o princípio da intervenção mínima, não podendo ser reputado de acordo com a Constituição Federal. O bem jurídico "Saúde Pública" não é afetado pelo porte de droga para uso próprio. A autolesão é irrelevante para o direito penal. Bem por isso, o legislador infraconstitucional ofendeu a Constituição ao criminalizar uma conduta que não afeta a vida em sociedade, senão, quando muito, o próprio usuário. Salienta-se que no direito comparado a Suprema corte da Argentina reconheceu a ilegitimidade de intervenção penal contra usuários e dependentes de drogas. Além disso, o Supremo Tribunal Federal reconheceu recentemente a repercussão geral em recurso extraordinário da Defensoria Pública sobre o tema. Por último, a atual comissão de juristas encarregada da reforma do Código Penal, apresentou recentemente proposta de descriminalização desta conduta. Assim, requer-se a absolvição com fundamento no artigo 386, III, do CPP. Havendo condenação, requer-se o reconhecimento da confissão e sua compensação com a reincidência, aplicando-se, destarte, a pena de multa. Em seguida, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: **VISTOS. LEANDRO SANTOS SILVA**, RG 16.390.674, com dados qualificativos nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

artigo 28, “caput”, da Lei 11.343/06, porque no dia 02 de março de 2016, por volta das 11 horas e 23 minutos, na Avenida Comendador Alfredo Maffei, esquina com a Rua Dona Alexandrina, Porta do Sol, nesta cidade e comarca, LEANDRO trazia consigo, em suas mãos, para consumo próprio, um papelote (porção) contendo 1,20 gramas de Cannabis sativa L, popularmente conhecida como maconha, substância entorpecente que determina dependência física e psíquica, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, conforme auto de exibição e apreensão e laudo de constatação. Consoante apurado, na posse da porção de maconha supramencionada, o denunciado decidiu se dirigir até o local dos fatos na companhia de alguns amigos, a fim de consumi-la. E tanto isso é verdade, que guardas municipais em patrulhamento avistaram o denunciado a segurar em suas mãos aludida quantidade de droga, pelo que, ante o estado de flagrância, submeteram-no a busca pessoal, juntamente com seus amigos, logrando apenas encontrar com o denunciado o entorpecente, ao que ele prontamente assumiu a sua condição de usuário de tóxicos, sendo então conduzido ao distrito policial. O réu foi citado nesta audiência. Foram inquiridas duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação, nos termos da denúncia, enquanto que a Defesa requereu a absolvição sustentando a atipicidade do fato. **É o relatório. DECIDO.** Com o réu guardas municipais encontraram uma porção de maconha, que o mesmo confessou portar para uso próprio. O laudo toxicológico confirma a materialidade. Ao contrário do sustentado pela Defesa o fato é típico, como previsto no artigo 28 da Lei 11343/06. A ação praticada pelo réu não ofende apenas a pessoa dele, mas toda a coletividade porquanto o uso de droga possibilita a prática de outros delitos muito mais graves, como é o caso de roubo. A condenação é medida que se impõe. Pelo exposto e por tudo o mais que nos autos consta **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos que formam o artigo 59 do Código Penal, que o réu é primário e confesso, bem como por estar preso por outro processo, não terá condições de prestar serviços à comunidade ou comparecimento a programa ou curso educativo. Então, faço a opção pela pena de advertência sobre os efeitos da droga. **CONDENO**, pois, **LEANDRO SANTOS SILVA** à pena de **advertência sobre os efeitos das drogas**, por haver infringido o **artigo 28 da Lei 11.343/06**. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente o acusado, registre-se e comunique-se. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, (Eliane Cristina Bertuga), Escrevente Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ:

M.P.:

DEF.:

RÉU: